

PREFÁCIO – CRISTÃOS PENSADORES DO SOCIAL: O PÓS-GUERRA

No prefácio deste livro fazemos referência a três planos interligados. O enquadramento histórico, social e teológico, o ensinamento do magistério eclesial e o pensamento dos autores apresentados por Jean-Yves Calvez.

Com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1878-1903), em 1891, começou o que habitualmente se chama Doutrina Social da Igreja. A caracterização de “social” teve variantes. Inicialmente as questões eram sobretudo de ordem económica, depois foram-se estendendo a tudo o que se refere à vida da sociedade. É um marco no pensamento da realidade social entendida em sentido amplo. No tempo a que se refere este estudo, sobretudo depois da segunda guerra mundial (1939-1945), juntaram-se vários fatores que levaram a um questionamento que envolveu muitos pensadores e agentes pastorais. Salientamos:

Difusão da doutrina marxista. Na versão mais radical, o marxismo é uma ideologia com um sistema económico alternativo ao capitalismo e um projeto político concreto. Como praxe política fundamenta-se numa filosofia do homem e da história com a designação de “materialismo histórico”, um sistema baseado no primado da realidade histórica e económica e das relações de produção. Subjaz uma conotação ateia da existência pessoal e da vida social. Reduz a complexidade humana, sublinhando apenas o aspeto de ser produto da ordem social. A desigualdade económica entre as classes sociais leva a uma situação de conflito permanente.

Para ele a luta de classes é a chave de interpretação e o instrumento de transformação mais importante da história. É, ao mesmo tempo, um facto e um método. Como facto, é evidente; há classes antagónicas que lutam entre si por interesses próprios. É o fator fundamental da evolução histórica. É também um método que recorre a formas de violência, para as classes oprimidas se libertarem e para se dar a transformação social. O marxismo sonha e projeta o futuro de um mundo sem classes sociais, quando o poder for dos trabalhadores, a chamada “ditadura do proletariado”.

No âmbito económico, propõe a organização coletiva de toda a atividade económica. Esta não é deixada à iniciativa primava nem à concorrência de mercado, mas pertence à direção centralizada do Estado e do poder político que o controla e que tudo dirige e planifica.

Neste sistema o Estado adquire um poder excessivo, ou melhor, totalitário, nos dois âmbitos o económico e o social. Não deixa lugar à iniciativa privada, não permite a propriedade privada, a sua presença e manipulação capilar da cultura como forma de absolutismo ideológico e planificação total, ofende a liberdade dos cidadãos e exclui toda a verdadeira forma de democracia e de participação.

As questões sociais e o impacto no cristianismo, e, mais concretamente, na Igreja Católica. Esquemáticamente podem-se sinalizar duas posições. Uma perspectiva prevalescentemente estática, e, por vezes, com tons moralizantes, incapaz de assumir o dinamismo acelerado da mudança social, procura introduzir algumas correções reformistas no sistema capitalista, sem se abrir a mudanças estruturais e qualitativas.

Outra, mais dinâmica e aberta aos contributos das ciências sociais em novas formulações, sobretudo de inspiração marxista, propunha-se apresentar e lutar, não sem uma forte dose de idealismo, por uma alteração estrutural.

O socialismo de matriz marxista foi uma esperança que na primeira metade do século XX influenciou muitas pessoas. Muitos cristãos e católicos, sobretudo alguns pensadores e intervenientes na vida social, política e económica, procuraram, como ponto de referência, conjugar a perspetiva cristã, com a proposta que tinha como inspiração a doutrina marxista, até porque esta trazia alguns elementos que coincidiam com a visão cristã da vida em fraternidade, em comunidade de bens e na força transformadora da esperança. Foi sobretudo como método de leitura crítica dos mecanismos de funcionamento da civilização moderna, e defensor de uma espécie de messianismo sociopolítico na utopia comunista, que o marxismo exerceu influência na sua reflexão e empenho.

Esses cristãos, empenhados na realidade social, entenderam que havia que partir do facto de existirem classes que lutam entre si, independentemente de ser essa a interpretação do evoluir histórico. Além disso, consideraram ser preciso ter em atenção que o amor cristão, a caridade, não pode ser entendido de forma ingénuo, intimista e ineficaz, e ter cuidado em não falar de amor e ocultar a desordem estrutural, já que a sociedade classista não corresponde ao ideal cristão. Por fim é necessário ver de que tipo de luta se trata; o que tem de haver é paixão pela justiça, não espírito de ódio e de vingança que acabe por levar a novas opressões. Assim, a proposta marxista, polemicamente interpretada nalguns aspetos, leva muitos a considerar que é possível ser, ao mesmo tempo, cristão e marxista.

De qualquer forma os elementos de grande incompatibilidade entre marxismo e cristianismo, são o ateísmo e a luta de classes, entendida como explicação da história, e como método para superar as injustiças sociais, que implica sempre algum grau de violência, coisa totalmente contrária ao ideal cristão. Mas que tipo a grau de violência? E em que circunstâncias?

O impacto da secularização na compreensão e vivência do cristianismo. Manifesta-se sobretudo em três aspetos: no jurídico-político, separação entre Igreja e Estado; este defende a sua soberania e rejeita a tutela das instâncias religiosas. No sociológico, a religião é colocada à margem da esfera pública; atua no âmbito da vida privada; no campo do saber, a teologia deixa de ser como que a tutela dos saberes; a razão humana é a máxima instância reguladora. A secularização é também um repto ao modo como a Igreja se situa no mundo moderno.

A passagem de um cristianismo excessivamente centrado em si mesmo a um cristianismo mais aberto às realidades humanas. Ou seja, a passagem de um cristianismo intransigente e autorreferencial, a um cristianismo de diálogo e de colaboração. A teologia alargou os horizontes, debruçou-se mais sobre a realidade social e surgem as chamadas teologias da praxis. No início dos anos quarenta surge a atividade dos padres operários, cujo objetivo era tornar presente o Evangelho e Igreja no mundo do trabalho, sobretudo industrial. Tal movimento foi interrompido, não sem contestação, pela Santa Sé, em 1954. Por outro lado, dá-se a valorização do compromisso social dos cristãos leigos, não enquanto cristãos, mas como cristãos.

A desprivatização da fé. De realidade pessoal que sempre é, há de ser mais entendida como influência na realidade social humana, para tal precisa da mediação política; esta também pertence ao âmbito da fé. Esta na sua dimensão pública, é propositiva, com alguma dimensão utópica, verificadora e crítica. Também a teologia moral ou ética teológica, antes muito centrada na vida pessoal, passa a dar mais relevância às questões sociais, políticas e económicas. Ambas, a fé e a moral, hão de ser medidas também politicamente e por em destaque as exigências éticas do cristianismo.

A questão da especificidade da ética cristã. A interrogação sobre o que é próprio da ética ou moral cristã, que não esteja na moral simplesmente, colocou-se, em primeiro lugar, a respeito da ética social. Os pontos fundamentais do debate, que depois se estendeu a todos os âmbitos, foram dois. O humano, em todas as dimensões, e particularmente nas realidades sociais, políticas e económicas, tem leis próprias. O *ethos* cristão não se coloca propriamente nos conteúdos concretos, que coincidem com outras análises e propostas, mas no horizonte de significado decorrente da fé, que alarga e motiva um modo novo e específico de compreensão e de vivência da realidade

Assim a proposta ética cristã em matéria social não é uma alternativa aos legítimos projetos humanos, nem uma terceira via, entre capitalismo e marxismo, não implica necessariamente a existência de preceitos próprios, nem propõe um sistema político ou económico que substitua os que já existem. O que o cristianismo traz à ética social é uma proposta de esperança e de caridade solidária, alicerçadas na fé, em vista da realização humana na história. À ética cristã pertencem posições de funcionalidade crítica e prospetiva ou utópica, decorrentes da dimensão escatológica, isto é, de plenitude, da existência cristã.

Não existindo um conteúdo ético-social especificamente cristão, ou seja, não havendo uma proposta única e definitiva de conteúdo ético, há necessariamente um pluralismo de opções em muitos âmbitos. Do pluralismo decorre que na Igreja haja pessoas e grupos que justifiquem, promovam e defendam perspetivas diferentes, e até contrapostas, sem perder o horizonte referencial cristão.

O pontificado do papa Pio XI (1922-1939) é anterior aos anos a que se refere este volume. Contudo, consideramos úteis algumas referências que ajudam a compreender o que vem a seguir. Salientamos dois aspetos: o *crack* da bolsa de Nova Iorque em 1929, e a crise financeira, económica e social anexa, alertaram para as características funestas do capitalismo liberal, que, sob o pretexto da liberdade de concorrência, igual para todos, acaba por criar desigualdades gritantes. Isso proporcionou um interesse crescente pelo marxismo e pelos partidos comunistas, em que se salientam vários intelectuais na França e na Alemanha. Por outro lado, entre os acatólicos a atividade social como forma de presença no mundo, ganha terreno. Veja-se a Ação Católica, fundada, em 1929, por Pio XI.

Texto maior é a encíclica *Quadragesimo Anno*¹, de 1931. Sinalizamos as seguintes referências: o modelo económico liberal não corresponde ao bem dos cidadãos; o Estado deve ter mais intervenção na atividade económica; o enquadramento dos operários cristãos em sindicatos inspirados por outras ideologias; a importância das associações,

¹ Em todas as referências e citações de documentos usamos os textos editados por, P. STILWELL, *Caminho de Justiça e Paz: doutrina social da Igreja, documentos de 1891 a 1991*, Rei dos Livros, Lisboa, 4ª ed. 2002.

cuja atividade em relação com o Estado, deve regular-se segundo o princípio de subsidiariedade, a ele compete “dirigir, vigiar, urgir e reprimir, conforme os casos e as necessidades requeiram” (QA 80); a propriedade privada e o seu caráter individual e social; há, portanto, que evitar o individualismo que nega a dimensão social da propriedade, e o coletivismo que elimina o aspeto individual; o salário justo e critérios para a sua determinação; a distinção entre comunismo e socialismo, baseada na evolução histórica do movimento socioeconómico.

Detenhamo-nos um pouco neste ponto. O primeiro é condenado como “ímpiedade e iniquidade”, pela violência da “luta de classes sem tréguas e a abolição completa da propriedade privada” (QA 112). Anos mais tarde, perante o seu avanço, Pio XI publica a Encíclica *Divini Redemptoris*, em 1937, sobre o comunismo. Considera-o uma ameaça para a “civilização cristã”, pelo seu carácter ateu e destruidor da religião. O seu ateísmo é a fonte de onde emanam todos os seus erros. A proposta da encíclica é relevar como existe uma relação profunda entre a fé em Deus e a forma de conceber tanto a pessoa, como a sociedade; daí a impossibilidade de colaboração entre católicos e comunistas.

O segundo, o socialismo, merece análise mais circunstanciada; é uma “fação mais moderada” (QA 113). São de destacar algumas afirmações: “a luta de classes, quando livre de inimizade e ódio mútuo, transforma-se pouco a pouco numa concorrência honesta, fundada na procura da justiça”. E mais adiante, “a guerra à propriedade privada, afrouxando pouco a pouco, chega a limitar-se, a ponto de já não agredir a posse do necessário à produção dos bens, mas aquele despotismo social que a propriedade, contra todo o direito, se arrogou”. E uma consequência: “podem os princípios deste socialismo mitigado vir, pouco a pouco, a coincidir com os objetivos e exigências dos que procuram reformar a sociedade segundo os princípios cristãos” (QA 114).

Assim, tornou-se atrativo para muitos católicos. Pode haver compatibilidade entre cristianismo e socialismo? Muitos pensaram que sim. Pio XI diz que “socialismo religioso e socialismo cristão são termos contraditórios; ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista” (QA 120), porque o socialismo ignora o fim transcendente do homem e da sociedade e subordina a pessoa à sociedade. Ou seja, para ele, o socialismo é mais do que um sistema económico; é toda uma forma de ver a vida (cfr QA 117-119). Para atingir os objetivos a que se propõe, não é preciso ser socialista; o cristianismo possui em si perspectivas e instrumentos suficientes.

Pouco depois do início do pontificado do papa Pio XII (1939-1958) estalou a segunda guerra mundial que devastou a Europa. Durante o seu desenrolar tratou sobretudo de questões políticas para alcançar a paz. Depois empenhou-se em indicar pontos de referência para a sua reconstrução social, política e económica. Como já vimos, o marxismo exerceu nessa altura grande influência e até fascínio mesmo entre cristãos, mas não se tratava só de pensadores ou de movimentos de massas. Deu-se o aparecimento de dois blocos ideologicamente contrapostos e politicamente enfrentados, o de leste, sistema comunista em toda a amplitude, e o do ocidente, democrático e com economia de mercado, com intervenção maior ou menor do Estado. Em alguns países ocidentais havia grande preocupação pelo avanço de socialistas e comunistas.

Das suas várias intervenções, discursos e mensagens, retiramos os seguintes aspetos: preocupação pela paz internacional no quadro da guerra fria e de política de blocos;

economia de livre concorrência, não centralizada, em que o Estado jogue um papel decisivo que garanta o bem comum, de modo a evitar abusos derivados da posição dominante do capital privado; caráter social da propriedade, e prioridade absoluta do destino universal dos bens criados, salvaguardada sempre a autonomia e a iniciativa da pessoa; é ao serviço desta que têm de estar tanto os sistemas económicos como as instituições sociais e regimes políticos.

São dois os documentos principais do papa João XXIII (1958-1963): as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e a *Pacem in Terris* (1963). Na primeira deteta problemas novos na questão social, como por exemplo, o facto de os frutos do progresso económico não terem chegado a todos, e as significativas desigualdades a nível nacional e mundial. Por outro lado, trata problemas antigos com mentalidade diferente da anterior. A tese fundamental é uma economia de mercado ao serviço de todos; dá maior relevância ao tema do trabalho e insiste na função social da propriedade; recusa o liberalismo desenfreado e a luta de classes marxista; destaca a importância dos sindicatos, pois é através deles que, nas grandes decisões, se faz ouvir a voz dos trabalhadores.

Na *Pacem in Terris*, entre outras matérias relacionadas com a paz, a ordem internacional e os direitos e deveres humanos, importante no âmbito em que nos situamos, é a temática da colaboração dos cristãos com os não crentes. O Papa faz duas distinções importantes.

A primeira é entre erro e a pessoa que o professa. Escreve: “é sempre justo distinguir entre aqueles que erram, e os erros, sobretudo quando se trata de quem não conhece a verdade ou só a conhece incompletamente, quer na ordem religiosa, quer na ordem moral. Aquele que cai no erro, nem por isso se encontra despojado da sua condição humana, nem perde a sua dignidade de pessoa, e merece sempre a consideração que deriva deste facto” (PT 158).

A segunda é mais interpelante: “devemos também, cuidadosamente, fazer a distinção entre as falsas teorias filosóficas sobre a natureza, a origem e o fim do universo e da humanidade, os empreendimentos de ordem económica, social, cultural ou política, ainda que tais empreendimentos tenham sido originados e inspirados em tais teorias filosóficas; porque as doutrinas, uma vez elaboradas e definidas, já não mudam, enquanto que tais empreendimentos, por se encontrarem em situações em mutação, estão forçosamente sujeitos a essa transformação salutar. E, além disso, quem poderá negar a possibilidade de esses empreendimentos, na medida em que sejam conformes aos ditames da reta razão e traduzam justas aspirações humanas, conterem elementos bons e merecedores de aprovação?” (PT 159).

Muitos viram nesta passagem uma referência ao marxismo e às diversas formas de socialismo a que deu origem. O Papa continua: “tendo isto presente, pode suceder às vezes, que determinados contatos de ordem prática, até aqui considerados como inúteis para qualquer das partes, sejam, hoje, pelo contrário, proveitosos ou possam vir a sê-lo” (PT 160).

No Concílio Vaticano II (1962-1965) surge uma nova compreensão da relação entre Igreja e sociedade na nova realidade da secularização. A Igreja propôs a si mesma um novo posicionamento, na forma de entender e de atuar, perante a sociedade moderna. O

tempo histórico em que se encontra há de ser uma oportunidade, não sem uma consciência crítica para distinguir e manter a distância da realidade factual, e das ideologias, tendo em atenção elementos específicos da sua fé. Na compreensão de Igreja como povo de Deus, particular relevância têm os leigos, agentes primeiros na comunidade social, política e económica.

São muitas as temáticas sociais tratadas na Constituição *Gaudium et Spes*. A perspectiva metodológica é mais de carácter teológico, isto é, parte da concepção de homem e de sociedade própria do cristianismo, do que da perspectiva da filosofia do “direito natural”. Muitas questões são deixadas em aberto e não passa despercebido o facto de nunca ter utilizado a expressão já consagrada, Doutrina Social da Igreja. Vamos referir rapidamente algumas que nos parecem estar mais em relação com as reflexões dos autores em estudo.

A ideia que conduz a proposta conciliar é a de que o desenvolvimento deve ser para todos, “pois a pessoa é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económica e social” (GS 63). Assim, o desenvolvimento deve ser integral, isto é, que atenda todas as dimensões da pessoa, e solidário, ou seja, para todas sem exceção (cfr GS 64). Há de ser “um desenvolvimento económico com orientação humana”. Por isso “não se pode deixar o desenvolvimento entregue nem ao livre jogo, quase mecânico, da atividade económica dos particulares, nem unicamente ao poder da autoridade pública” (GS 65). São “erradas” as doutrinas em que essas perspectivas se apoiam.

Na vida económica o trabalho tem lugar proeminente: “o trabalho humano [...] é muito superior aos restantes elementos da vida económica, visto que estes revestem o papel de meros instrumentos” (GS 67). A dignidade do trabalho, os direitos e os deveres dos trabalhadores, a sua remuneração, condições, descanso e tempo livre, são citados e valorizados. A participação dos trabalhadores há de ser a todos os níveis; não se reduz a assuntos sociais, mas abarca também as decisões económicas. Eles têm direito à liberdade de associação em sindicatos e à greve (cfr GS 68).

Sobre a propriedade e o uso dos bens, o ponto de partida é claro: “Deus destinou a terra e tudo o que ela contém, para uso de todo o género humano e de todos os povos” (GS 69). Dois são os modos para tornar efetivo esse destino universal, a assistência, e a função social da propriedade. Fixemo-nos na segunda; a propriedade, privada ou pública, está subordinada ao destino universal dos bens: “sejam quais forem as formas de propriedade [...] deve-se ter em conta sempre esse destino universal” (*Ibidem*). Há que notar que a *Gaudium et Spes* é primeiro documento do Magistério que não traz a afirmação de que a propriedade privada é um “direito natural”.

Referimos ainda a autoridade política e o seu exercício; não de ser sempre em favor do bem comum numa sociedade plural (cfr GS 73-74). Por outro lado, todos têm o direito e o dever de colaborar na vida pública; a isso são urgidos os cristãos, distinguindo, como já dissemos, entre atuar como cristãos e atuar enquanto cristãos. “É muito importante, sobretudo numa sociedade pluralista, ter uma perspectiva correta das relações entre a comunidade política e a Igreja, e distinguir claramente entre aquilo que os cristãos, individualmente ou em grupo, fazem em seu próprio nome, como cidadãos guiados pela sua consciência cristã, e aquilo que, em união com os seus pastores, fazem em nome da Igreja” (GS 76; cfr 43).

O pluralismo social torna-se presente também dentro da comunidade cristã. Garante-se que as intervenções dos cristãos, motivadas pela fé, mas também por outros vetores sociais, económicos e políticos, não se identifiquem sem mais com uma posição oficial. É também um convite ao compromisso, para que a mensagem cristã se vá autocriticando e refazendo, e para que incida de forma operosa sobre as estruturas da sociedade.

No texto de Jean-Yves Calvez encontramos, logo no início, ecos do debate sobre o progressismo cristão e as concessões feitas ao marxismo, a união dos cristãos progressistas e a sua relação com o Partido Comunistas, a relação entre escatologia cristã e escatologia temporal e as oscilações do movimento *“La jeunesse de l’Église”*, com uma forte inquietação na relação da fé com o compromisso social e político.

A influência notável e até algum fascínio da doutrina marxista, mesmo entre cristãos, depois da segunda guerra mundial, que já sinalizamos, levou ao empenho de vários pensadores católicos no estudo do pensamento de Karl Marx. São indicados quatro. Henri Derroche, com uma posição conciliadora sobre o posicionamento de Marx com a religião; Pierre Bigo, que tenta dissociar a perspectiva económica do marxismo, com posições aceitáveis, da filosofia de carácter ateu, essa a recusar. Para Henri Chambre, no marxismo o ateísmo é a base. É uma doutrina parcial, ao reduzir a realidade à dimensão económica, e o motor da história à luta de classes. Nela o empenhamento em ajudar o homem a libertar-se de várias alienações, não desagua no respeito pela pessoa humana, mas no seu desprezo. O próprio Yves Calvez no seu livro *“La pensée de Karl Marx”*, destaca as contradições internas do pensamento marxista, sobretudo a nível filosófico, na ideia de dialética e oposição existente em todas as coisas.

Louis-Joseph Lebret foi um pensador social com notável influência nos pontificados de Pio XII, João XXII, Paulo VI, sobretudo na redação da *Populorum Progressio*, que o cita expressamente, e no Concílio Vaticano II. O bem comum e a sua consecução através da “virtude da justiça social”, é o tema estruturante do seu pensamento e da sua proposta. O bem comum que tenha sempre em atenção a pessoa, para que não fique diluída, e a posse de bens particulares, a propriedade privada, de modo a não subjugar quem nela trabalha. Para isso há necessidade de reformas estruturais que garantam a justiça social a todos. O horizonte da realização do bem comum é a dimensão comunitária; aí a proposta cristã é central. Só a referência à fé pode dar origem a uma civilização fraterna e a uma economia humana. Central no debate com o marxismo é o “problema primordial dos poderes sobre os bens e a propriedade”. É muito crítico em relação ao capitalismo e ao comunismo, e acolhedor de algumas formas de socialismo. O seu projeto é uma “civilização de solidariedade alargada”².

No pensamento de François Perroux os pontos fundamentais a salientar parecem-nos ser os seguintes: há que acentuar a dimensão coletiva que o cristianismo aporta à humanidade; relevante é a relação e a distinção entre realizações terrestre e o Reino definitivo de Deus. Do cristianismo dimanam conceções sobre o mundo social; daí a colaboração ativa dos cristãos na edificação da sociedade. Para tal é necessária a correção de alguns pontos da doutrina social tradicional.

² Sobre a relevância do autor, cfr F. VIGUIRISTI, “Louis Lebret; l’eredità del mentore della ‘Populorum Progressio’”, *La Civiltà Cattolica*, 3987-3988, agosto de 2016, 313-315. Alguns livros seus estão traduzidos em português.

Original é a perspectiva da desalienação. Nela o cristianismo há de ter uma particular incidência, na desalienação pessoal e na desalienação social. A palavra evangélica que enaltece os pobres alarga os horizontes para lá da realidade social como é. Os pobres estão alienados, quando na sua pobreza acabam por se conformar, quando são incapazes de desejar, de decidir e de atuar. Alienados estão também os ricos, porque não se dão conta de quanto andam enganados, julgando-se felizes, livres e poderosos. O cristianismo não é um ópio que aliena, mas uma perpétua fonte de insatisfação que se torna impulsionadora, na busca de uma realidade mais humana.

Constata o compromisso nefasto entre a civilização dita cristã, os interesses do Estado e o lucro das empresas. Para se ver o sucesso de uma economia, há que relacioná-la com a pobreza; a sua existência e permanência são sinal claro do seu fracasso. Assim acontece com o capitalismo triunfante, que gera miséria geral; neste campo alo há a aprender com o marxismo. O fracasso social da economia é sobretudo fracasso dos valores éticos. A proposta é construir uma economia que desaliena pobres e ricos. Exige a invenção difícil de equilíbrios sociais inexistentes até agora. Aí deve estar o compromisso cristão.

Papel destacado teve no pós-guerra até ao Concílio a atividade da *"Action Populaire"*, na apresentação e interpretação do Doutrina Social da Igreja, sobretudo no que concerne à economia e aos sistemas económicos vigentes. Sobressai a figura de Jean Villain na sua ampla visão do ensinamento social cristão; o ponto de referência é a Encíclica *Quadragesimo Anno*. Considera que a Igreja se deve imiscuir com profundidade no debate público sobre a realidade social, não apresentando uma doutrina estática, mas em diálogo com a evolução da realidade social. Há de propor não tanto uma doutrina, mas orientações. Aliás, considera que a expressão "doutrina social" deveria ser substituída por "ensinamento social" ou "pensamento social", já que não se trata de uma doutrina definida e muito menos definitiva, como se fosse uma dogmática, mas de um pensamento vivo que, nas grandes linhas, se desenvolve de forma gradual.

Condena não todos os capitalismos, mas o capitalismo liberal e os seus prolongamentos, pelo valor absoluto que confere à propriedade, sem referência ao bem comum e à dignidade do trabalho, e faz propostas para a sua reforma, de modo a ter mais em atenção os direitos dos trabalhadores e os seus salários. Quanto ao socialismo, descobre que há vários, e, portanto, há que fazer distinções, tendo em atenção a economia e a conceção de pessoa e de sociedade que estão subjacentes. O direito à propriedade privada, enquadrada no bem comum deve ser sempre reafirmado. Tema assaz tratado é o sindicalismo e o modo como os trabalhadores cristãos nele hão de participar, a luta de classes, o direito à greve.

Depois de referir autores que apresentam uma abordagem sociológica e também teológica da origem, organização e função da sociedade política, do Estado, e das relações internacionais, Yves Calvez indica Marcel Clement como representante do pensamento católico de economia liberal de cunho conservador. É um posicionamento mais filosófico do que teológico, apoiado na ideia de "direito natural".

Propõe o estudo da economia social com base mais no que chama "direito natural", e menos na teologia moral, porque é uma ciência social. O centro é o homem económico, como realidade natural, donde emanam os seus "direitos essenciais" que enumera: direito à propriedade dos bens e do seu uso ou produção, em perspectiva que não acentua a

dimensão social, nem a possibilidade de intervenção do Estado, em vista desta; direito dos trabalhadores a ganharem a sua vida pelo seu trabalho, sem contudo ser partidário da intervenção dos trabalhadores na empresa, nem de formas de atividade política nos sindicatos.

Tem uma conceção orgânica do corpo social, tipo ordem corporativa profissional, e é contrário a nacionalizações e à cogestão de empresas por patrões e trabalhadores; tem dúvidas sobre o estado social. Nestes e noutros campos demarca-se da doutrina social oficial, de modo particular e expresso, da *Mater et Magistra*, e posteriormente da *Gaudium et Spes*.

Desta Yves Calvez faz um breve apanhado que consideramos demasiado centrado na primeira parte da Constituição, sem sinalizar sequer linhas importantes que, anteriormente, procuramos ressaltar. Na conclusão da sua exposição indica o pensamento de dois autores não franceses. O italiano Igino Giordani considera que a impressão positiva, de força e de vigor em perspetivas mesmo revolucionárias, do marxismo, no pós-guerra, só se pode explicar pela ignorância da tradição cristã a respeito das temáticas sociais. Apresenta largamente os ensinamentos de Jesus e dos Padres da Igreja, entre os séculos II e V. O cristianismo, mais do que as outras religiões, associa o serviço de Deus e o serviço do homem. Tem um âmbito cívico e social; é uma revolução, a maior e a mais original. Igreja e Estado hão de colaborar, na promoção da vida social.

O americano John Courtney Murray reflete sobretudo sobre a temática da “religião” de Estado” e da “liberdade religiosa”, que está intimamente ligada à liberdade do cidadão, num “sistema geral de liberdades”. A “religião de Estado” não tem significado doutrinal e é perigosa, porque gera intolerância social. O seu pensamento teve influência na Declaração sobre a liberdade religiosa “*Dignitatis Humanæ*”, do Concílio.

A fechar apresenta rapidamente o pensamento de dois autores protestantes franceses. Roger Mehl considera que se acentuou muito a moral individual, em detrimento das realidades estruturais. O socialismo, por seu lado, ajudou os cristãos a descobrir que os principais prolemas de ética social são problemas de estruturas da sociedade, e a sua transformação é difícil. É sobre elas e a ação coletiva tendente à sua reforma ou ao estabelecimento de outras novas que a ética social faz uma reflexão crítica. Perante tais problemáticas a consciência cristã encontra dificuldade em se situar. Na Escritura há um espírito que impele a tomar a sério as realidades humanas sociais. Jacques Ellul, por sua vez, refere-se à técnica e à sua influência frequentemente negativa, no humano, no social, e no religioso. Em anexo o autor apresenta um longo texto sobre a atividade da “*Revue d’Action Populaire*”, nos anos 1945-1962.

O livro de Jean-Yves Calvez apresenta em síntese bastante ampla de autores, cujo pensamento cristão sobre a realidade política, social e económica, marcou os meados do século XX, tempo de lutas ideológicas, debates, propostas e ensinamentos. Um bom instrumento para conhecer o que foi o passado recente na reflexão da ética cristã, no âmbito das realidades sociais, e que influencia o nosso presente.

Jerónimo Trigo

Sacerdote Claretiano (CMF)

Professor Associado da Faculdade de Teologia da UCP

